

**Das muitas formas do silêncio:
23 de junho de 1958 e as narrativas de um acidente**

**From the many forms of silence:
june 23rd 1958 and the narratives of na accident**

Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins¹
Auriluci Carvalho de Souza Alves²

Resumo

A linguagem, em uma de suas faces, sempre foi compreendida como um instrumento socializador da memória e das experiências. É com base nessa proposição que se elegerá a linguagem para refletir sobre a memória e as formas que o silêncio dá ao discurso sobre a explosão ocorrida no Mercado do Bembé, em Santo Amaro da Purificação, Bahia, no ano de 1958. Para o desenvolvimento desse artigo, analisamos os discursos de fragmentos de textos que foram produzidos na época. Nosso objetivo principal foi, à luz de uma proposta interdisciplinar, discutir como essas narrativas produziram uma Memória como resistência ao silenciamento e como as formas do silêncio discursivo atravessaram as narrativas desse acidente. A análise, cuja metodologia se serve de uma perspectiva retórico-discursiva, possibilitou elucidar alguns elementos que são pistas para a compreensão do silenciamento do fato que durou 50 anos (1958-2008).

Palavras-chave: Santo Amaro. Memória. Análise de discurso. Silenciamento

Abstract

Language, in one of its faces, has always been understood as a socializing instrument of memory and experiences. Based on this statement, the language will be chosen to reflect on the memory and forms that silence gives to discourse about the explosion that took place in the Bembé Market, in Santo Amaro da Purificação, Bahia, Brazil, in 1958. For the development of this paper, we analyzed the discourses of fragments of texts that were produced at that time. In the light of an interdisciplinary proposal, the aim was to discuss how these narratives produced a Memory as resistance to silencing and how the forms of discursive silence went through the narratives of this accident. This analysis, whose methodology uses a rhetorical-discursive perspective, enabled us to elucidate some elements that are clues for understanding the silencing of the fact that it lasted 50 years (1958-2008).

Keywords: Santo Amaro. Memory. Discourse analysis. Silencing

Recebido em: 27/03/2020.

Aceito em: 23/09/2020.

¹ Mestre em Estudo de Linguagens e doutora em Estudos Literários. Docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB, na área de Literatura e cultura.

² Discente do Programa de Especialização em Educação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Introdução

Segunda-feira, 23 de junho de 1958, véspera de São João, Largo do Mercado Municipal, na Feira Livre de Santo Amaro, Recôncavo da Bahia. A feira estava repleta de pessoas que vieram de distritos e localidades próximas à sede do município para vender suas mercadorias. Outras compravam, conversavam, visitavam e passeavam pelo local. O dia passava com ares de festividade junina. O pesquisador santamarense Herundino Leal no seu livro “Vida e passado de Santo Amaro”, publicado em 1950, nos revela que no período junino “era um movimento extraordinário em toda a cidade e especialmente nas casas de fogos, para onde afluía grande número de crianças e adultos para comprarem as suas rodinhas, os seus foguetes e as suas pistolas [...]” (LEAL, 1950, p. 93-94).

Dez horas e trinta minutos dessa mesma manhã de segunda: um incêndio em uma das duas barracas de fogos de artifícios, situadas próximo ao Mercado, seguido de uma grande explosão, cessou a vida de muitas pessoas e animais, deixando centenas de feridos.

O presente artigo se propõe, numa perspectiva interdisciplinar, discutir como as narrativas escritas naquela época foram modalizadas para se adequar aos mais variados sentidos de poder. Sob nossa análise, a retomada analítica dessa memória narrativa se apresenta como resistência ao silenciamento, denunciando como as *formas de silêncio* do fato em si foram (re)elaboradas através das linguagens. Essa análise, cuja metodologia se serve de uma perspectiva retórico-discursiva, nos possibilitou elucidar alguns elementos que são pistas para a compreensão do silenciamento do fato que durou 50 anos (1958-2008).

Com base na memória social³/coletiva, mas não só, caminharemos por uma análise discursiva, cuja construção basilar se sustenta na perspectiva do filósofo francês Henri Bergson. Para Bergson, a memória não é linear, mas atemporal e descontínua, uma vez que ela se estabelece no diálogo do corpo com o espírito. Ou seja, distante do paradigma sequencial do tempo e em constante movimento. Ela está, na concepção do filósofo, muito mais próxima da dimensão da experiência e da subjetividade, e pode ser situada ou conduzida por uma memória coletiva. A historiadora Nelci Pereira (2011) acrescenta que “esta memória é sentida no interior das experiências vividas, no fluxo do tempo como uma multiplicidade indivisível e heterogênea, que a cada instante se altera, se dilata, se contrai, reconfigurando instantes já passados, criando expectativas para instantes futuros” (PEREIRA, 2011, p. 01).

Nessa perspectiva inicial, buscamos trabalhar com uma acepção de memória através dos textos que foram publicados na época do acidente. Sabemos que há lacunas no tempo sobre esse fato para serem entendidas e analisadas. Informações revelam que depois do acidente, o primeiro ato que faz menção ao acontecimento foi em 2008, quando foi realizada uma missa no local. De 1958 a 2008, o acidente ficou apenas na dimensão da oralidade “popular” e religiosa⁴; e somente de 2008 a 2019 há um rito, um ato ecumênico

³ Entende-se aqui, a partir das perspectivas do sociólogo francês Maurice Halbwachs (embora se reconheça que há certa oposição entre a leitura sobre a memória desse pensador em relação à Bergson, é possível estabelecer essa aproximação), essa memória não pode ser tratada apenas no âmbito da neurociência, mas no diálogo, nos tensionamentos e nas relações entre a sociedade, a história, a cultura, a economia e a arte que constroem, não só uma memória social, mas uma identidade cultural do sujeito.

⁴ Sabemos da importância do acontecimento para a comunidade candomblecista, por exemplo. Celebrado no Mercado desde o dia 13 de maio de 1889, a festa do Bembê comemora o fim da escravidão em Santo Amaro. Para os filhos de santo, essa festividade é uma obrigação de agradecimento aos Orixás (principalmente Yemanjá e Oxum), e um pedido pelo bem-estar da coletividade. Contudo, como é repassado na oralidade desse povo de santo, por conta do preconceito e das perseguições religiosas, em 1958, depois de mais de um

anual, que “relembra” a tragédia e as vítimas do incêndio. Sendo assim, com base em um arcabouço teórico interdisciplinar e de uma análise discursiva pretendemos, dentre outros aspectos, questionar o silêncio desse acontecimento (1958 – 2008) e o modo como as narrativas sobre o fato foram construídas nos jornais que se relacionam diretamente com o acidente.

Sabemos que memórias e narrativas tecem o mosaico social de todas as sociedades. Qual é o tecido da santamarense? Quais memórias e narrativas contribuem para a sua cidadania? Quais silenciamentos são impostos ou questionados? Quais memórias e suas figurações foram selecionadas para elaborar suas as narrativas?

Muitas dessas perguntas não possuem respostas simples. Em muitos momentos, não conseguimos compreender os reais motivos desse quase absoluto silêncio. Mas, na dimensão humilde desse artigo, traremos uma memória e suas várias narrativas, no esforço de retomar o acontecimento numa concepção cidadã, num horizonte de leitura interdisciplinar.

1. Local do acidente: mercado municipal e feira livre

Encontramos registros sobre a feira livre e o Mercado de Santo Amaro no livro “Vida e Passado de Santo Amaro”, edição de 1950, do memorialista Herundino Leal.

Os Arcos

Era assim denominada pela população da cidade e do interior do Município (de Santo Amaro), uma parte do patrimônio térreo do colonial e histórico prédio da Intendência Municipal, justamente aquela que fica o cavalheiro do largo do Amparo, porque as suas paredes eram em forma de arcadas, como se verifica ainda hoje, na frente do referido prédio. Esse local era destinado ao nosso Mercado Público e os nossos tabarés vinham de lugares diferentes, com seus animais carregados, vender a sua farinha, o seu feijão, o seu milho afora uma infinidade de outros gêneros de primeira necessidade, que eram grandemente procurados por toda classe de gente. [...] Quando o Bandeirão (Dr. Ferreira de Viana Bandeira) foi Intendente melhorou-o, transformando-o em mercado e fechou os “Arcos” tão nosso conhecido naquela época. Hoje esse Mercado Municipal (LEAL, 1950, p. 52).

Leal traz o prédio da Câmara e Cadeia como local da feira livre e Mercado Municipal. Relata que o nome “arcos” tem uma relação direta com as arcadas presentes na arquitetura predial. O autor destaca também o período em que a feira e o mercado foram transferidos para o local onde funcionam atualmente. Há uma vivacidade nas descrições que empresta movimentos e cores ao prédio da Câmara e Cadeia do município. No livro de Denilson Conceição Santana (2016), intitulado “Santo Amaro da Purificação: arquitetura e urbanismo - Séculos XIX e XX”, há um registro de imagens sobre o Mercado Municipal (imagem 1) que podem se relacionar com as descrições que Herundino Leal faz na obra “Vida e Passado de Santo Amaro” (1950).

Ano de proibição do festejo/obrigação (que coincide com os períodos festivos do calendário católico), acontece a tragédia do incêndio.

Imagem 1 - Prédio da Intendência Municipal / Paço Municipal / Câmara e Cadeia. Local onde, segundo Herundino Leal, funcionou a feira livre e Mercado Municipal – Arcos.



Fonte: Santo Amaro da Purificação: arquitetura e urbanismo - Séculos XIX e XX (2016, p. 54).

O pesquisador Denilson Conceição Santana (2016) ressalta que esse mercado foi construído pelo Intendente Dr. Ferreira de Viana Bandeira, em 1893 (imagem 2), e foi completamente demolido para a construção de outro em 1938 (imagem 3).

Imagem 2 - Mercado Municipal de Santo Amaro construído em 1893.



Fonte: Santo Amaro da Purificação: arquitetura e urbanismo - Séculos XIX e XX (2016, p. 40).

Imagem 3: Mercado Municipal construído em 1938.



Fonte: Arquivo pessoal, cedida por Marcos Vinicius Dias (2019).

O acidente aconteceu em um período junino. Os textos que fizemos análises também trazem informações sobre a feira livre e fazem referência ao Mercado nesse momento festivo. Em muitas dessas referências, até mesmo no Inquérito Policial, a presença e a vivacidade do período junino contrasta com o acidente.

No Inquérito Policial, há uma descrição sobre a feira livre que colabora para compreendermos como o comércio entre os feirantes e a população em 1958 era movimentado:

[...] a FEIRA LIVRE é uma feira de vários produtos de consumo, que se realiza todas as segundas de cada semana, sem interrupção e ela reúne os habitantes desta cidade e ainda reúne uma população flutuante composta de lavradores de vários Municípios vizinhos e os do próprio município. Todo esse povo fica espalhado nas adjacências do dito Mercado, que tem em frente uma área totalmente calçada a paralelo [...] (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 23).

O jornal **A Tarde** também remonta à alegria da tradicional festa junina, detalhando a feira e o que acontecia naquela data:

Dia de feira e véspera de São João, festividade popular das mais caras e tradicionais em toda a Bahia, era imenso o número de pessoas que às 10.30 horas da manhã de anteontem, gravitava em torno do mercado da cidade e da feira livre ali armada. Havia, portanto, muita gente. E um grande número de animais. Estes usados no transporte dos gêneros trazidos pelos feirantes, deveriam somar umas duas centenas ou mais e estavam amarrados, em grupos, nas imediações. Por fim, fora do mercado, duas barracas de fogos, ambas construídas em blocos de cimento armado e bastante sortidas (A TARDE, 1958, p. 01).

A revista **O Cruzeiro** disse que “É véspera de São João e a praça da feira está mais cheia, tem até mais barracas: duas novas foram montadas para vender fogos, sucesso anual da feira [...]” (MEDEIROS, 1958, p. 107).

Diante das diversas descrições sobre a feira livre e o Mercado no período junino, pontuando a grandeza e a relevância desse festejo e do momento para o município, é possível, entre outros aspectos, prever a dimensão do acidente e trazer outras suposições sobre o silenciamento do fato.

2. As narrativas de um acidente: memórias e subjetividades

Para pensarmos sobre as muitas formas do silêncio, precisamos refletir sobre as muitas e complexas formas das narrativas. Vale ressaltar que as marcas que atestam a relação entre narrativas e sujeitos, no texto, não são únicas e nem evidentes. Segundo a pesquisadora linguista Eni Orlandi, os mecanismos enunciativos “são construções discursivas com um caráter ideológico” (ORLANDI, 1999, p. 54). Nesse momento, é pertinente considerar a ideologia como um elemento inerente ao discurso, visto que é um aspecto subjacente às narrativas. Nesse caminho, para Orlandi, o interdiscurso, esse corpo em conjunto que determina o que os indivíduos dizem e podem dizer, imbricado nos enunciados à ideologia, é o que nos permite compreender a complexidade e elasticidade de cada mensagem.

Desse modo, devemos considerar que se há produção de um enunciado, há um processo de enunciação pressuposto. Esse processo refere-se à produção do enunciado. Para Michel Foucault:

O enunciado está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2007, p. 32-33).

Dessa forma, notamos que o enunciado é sempre um acontecimento que não se encerra nem pela língua e nem pelo sentido. É que esse acontecimento é incomum por essa possível conexão através de qualquer forma de registro, como no campo da memória ou da escrita. Retomamos, ainda, que a aparição do enunciado se dá como um acontecimento que está aberto a sofrer transformação, reativação de determinadas memórias discursivas. Essa enunciação é única e irrepitível, de forma que sempre será um novo enunciado e um novo acontecimento. Destacamos que a noção de discurso em Foucault (2007) está ligada ao conceito de formação discursiva. Conforme Orlandi (2007), uma formação discursiva determina, numa formação ideológica, o que pode e deve ser dito. Nesse caso, os sentidos não estão predeterminados na língua, mas se encontram constituídos *nas e pelas* formações discursivas. Isso implica afirmar que os sentidos são definidos ideologicamente. Nessa perspectiva, há uma tessitura orgânica entre discurso e poder.

Nesse sentido, podemos perceber que, mesmo o discurso sendo tão disperso aos

textos, devemos atentar para o enunciado que é elaborado, em certa medida, dentro de possíveis e limitados sentidos definidos por ideologias. O discurso, essa materialização da ideologia, pode reger a construção de uma história e da cidadania de uma sociedade. Isso significa estruturar, também, hierarquias. Sendo a linguagem a materialização do discurso e este constituído ideologicamente, devemos analisar os textos a partir dessa perspectiva no intuito de buscar favorecer a compreensão sobre os aspectos que permeiam os discursos produzidos. Portanto, a partir desses breves pressupostos, assimilamos os textos analisados como enunciados que sincretizam diversas linguagens para a produção de determinados efeitos de sentido com fins manipulativo-persuasivos. Isso implica na compreensão de que o orador, ou aquele que escreve e faz a intermediação com o leitor, procura as dimensões de credibilidade social, na tentativa de expor uma imagem de si, da sua escrita, que convença o público. O jogo entre o dito e o não-dito percorre a tríade aristotélica e o discurso, a materialização da ideologia, acompanha esse movimento ininterrupto de convencimento.

As narrativas analisadas aqui nesse texto nos darão pistas para, além da análise discursiva, realizar esse entrelace com a sociologia, com a filosofia, bem como com outras bases teóricas, no intuito de compreender que muitos dos discursos empreendidos não correspondem à complexidade do acontecimento.

2.1 O que dizem os periódicos

Jornal A Tarde

Logo no início, em sua capa, já sinalizando o grande destaque que o periódico dava ao fato, tem-se a notícia do acidente (imagem 4).

Imagem 4 – Capa do jornal **A Tarde** publicado em 25 de junho de 1958.



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, popularmente chamada de "Biblioteca Central dos Barris"

O jornal **A Tarde** (de Salvador) fez uso de quase toda a primeira página para publicar a reportagem. Apresentou, além da manchete e dois subtítulos abaixo da notícia principal, onze tópicos sobre o fato. O título principal, “A catástrofe de Santo Amaro”, traz o uso da preposição *de*. Tal preposição aponta para uma marca de pertencimento ao local onde ocorreu a citada *catástrofe*. O desastre é transformado em perspectiva mais humana e contribui para uma ideia de generalização da dor. É como se Santo Amaro inteiro (quicá a Bahia) sofresse o acidente. A ideologia aqui, ao que parece, é de pertencimento e extensão emotiva.

O texto apresenta um preâmbulo extenso, com um viés literário, considerando a subjetividade por meio das adjetivações e a pouca objetividade em relação ao fato, que faz do uso de vários termos para substituir e descrever a palavra *catástrofe*, como por exemplo, “*terrível acontecimento*”, “*inenarrável catástrofe*”, “*dramático espetáculo*”, “*imensa desgraça*”. Tais adjetivos mobilizam o leitor sensibilizando-o para a situação e envolvendo-o na leitura integral dos demais tópicos e subtópicos que detalham o acontecimento. Além disso, essas expressões retomam referencialmente o acidente de forma a criar uma gradação, intensificando o sentido de dramaticidade. Tanto a escolha das palavras, quanto a distribuição intencional das reportagens criam uma ambiência filmica. Como se o leitor fosse, agora, o espectador de um filme de terror.

O texto, que se desenha na fronteira entre o discurso jornalístico e o literário, expõe não só a dramaticidade do acontecido, como também quer que o leitor reflita sobre o instante de fratura da vida, sua efemeridade, da sua condição imprevisível. Fica perceptível durante toda a leitura a mobilização, da compaixão dos leitores para a situação, que é realizada através da organização textual, da seleção das palavras e expressões que envolvem, mobilizam e emocionam o leitor, como por exemplo: “Por vezes a vida excede a tudo quanto a imaginação pode conceber em matéria de dor e sofrimento”; “Nem há palavras com que se possa exprimir, em toda a sua intensidade [...]”; “Enfim, é a desgraça atingindo em cheio, e da maneira mais dramática toda uma coletividade [...]”; “E, pela descrição que temos do que é o aspecto da grande cidade, na qual as lágrimas correm incontidas de quantos viram ou veem o dramático espetáculo[...]” (A TARDE, 1958, p. 01). Temos ainda os registros fotográficos que colaboram com a leitura dos tópicos dentro da reportagem e que também promovem o despertar do sentimento de comoção/compaixão do leitor, conduzindo-o a perceber a relevância da solidariedade.

Mas, ao mesmo tempo, é possível identificar uma autopromoção do jornal quando, desde o início, constrói, através do texto introdutório, mobilizadores linguísticos para a compaixão presente na estrutura e na escolha de palavras e expressões que compõem o texto. É como se o jornal fosse o veículo dessa comoção e caminho da solidariedade. Na passagem abaixo (um recorte do texto da reportagem – imagem 4), é possível perceber a intencionalidade do jornal em se promover como historiador, conhecedor dos fatos e veículo de solidariedade.

Por vezes a vida excede a tudo quanto a imaginação pode conceber em matéria de dor [sic] e sofrimento. Na realidade é o que acaba de acontecer em Santo Amaro, que o destino marcou com a maior, a mais trágica das catástrofes já verificada na Bahia. De fato, por mais que se recue no tempo, nada existe em nossa história que se possa sequer comparar ao ocorrido na grande cidade do Recôncavo. Nem há palavras com que se possa exprimir, em toda a sua intensidade, o terrível acontecimento cujo balanço nos oferece um total de mais de cem mortos e cêrca [sic] de trezentos feridos [...] (A TARDE, 1958, p. 01).

Em paralelo a essa seleção e organização textual, o periódico pontua o acompanhamento sistemático do fato, como podemos perceber no seguinte trecho: “[...] Êsses também, como não podia deixar de ser, os sentimentos d’ “A TARDE”, que, desde o momento em que teve conhecimento da tragédia, não poupa esforços, [...], para levar uma palavra de conforto [sic] aos sobreviventes e auxiliar as autoridades nos trabalhos de socorro [sic] a Santo Amaro” (A TARDE, 1958, p. 01). É ele, o jornal, o portador da verdade real e subjetiva. O promotor da solidariedade, aquele que conhece, nos mais intensos e menores aspectos do acidente, toda a conjuntura e a complexidade de Santo Amaro e do povo que vive ali. A presença de uma campanha financeira, que está explícita desde o subtítulo principal, reforça a nossa leitura a respeito da autopromoção do jornal: “‘A Tarde’ dá comêço [sic] a uma campanha de ajuda financeira em favor das famílias enlutadas, arrecadando, logo de início, donativos que totalizem importância superior a 400 mil cruzeiros” (A TARDE, 1958, p. 01).

Encontramos ainda um espaço reservado para divulgar uma subscrição do jornal em destaque, especialmente demarcado por linhas pretas, em alto relevo, e o título em negrito. Nele, além de retomar e reafirmar a solidariedade do periódico, há uma exposição dos colaboradores e os valores doados na subscrição organizada, como é possível perceber na imagem abaixo:

Imagem 5 – Subscrição promovida pelo jornal **A Tarde**.

Subscrição de "A Tarde" para as vítimas da calástrofe

"A Tarde" não poderá ficar indiferente à tragédia de Santo Amaro, como outras notícias faltado, em outras ocasiões, com a sua solidariedade, logo lhe chegou ao conhecimento a catástrofe que não apenas a cidade do reconstrução, mas do Estado, tamanha a proporção, encaminhou os no sentido de não rem às últimas, as que agoniam nos leitos das tais, residências familiares e

próprios públicos, transformados em enfermarias ou pagam o triste tributo da ficem na orfandade. recursos necessários ao instante de amargura. E, mais uma vez, as classes conservadoras e abalou, não apenas a reunião ao encontro desse anexo, prontamente atendendo a susbscrição aberta por este jornal. A lista há de crescer. Até o presente momento já foi recolhido o total de 409 mil cruzeiros, procedente das seguintes firmas:

S. A. Magalhães Comércio Indústria	Cr\$ 100.000,00
Lavoura e Indústrias Reunidas S. A.	100.000,00
Banco Econômico da Bahia	100.000,00
Banco da Bahia S. A.	50.000,00
Joanes Industrial S. A.	20.000,00
Cia. Seguros da Bahia	10.000,00
Cia. Energia Elétrica da Bahia	10.000,00
Antonio Navarro Lucas	5.000,00
Atlantica S. A.	5.000,00
Tabacalera do Brasil S. A.	3.000,00
Navarro Lucas & Filho	3.000,00
Chadler S. A.	3.000,00
Total	409.000,00

— Algumas das firmas que figuram na lista acima já haviam concorrido para as subscrições abertas pelas rádios desta capital; nem por isso recusaram a concorrer na subscrição da "A Tarde", sendo logo remetidas para Santo Amaro, onde se acha constituída uma comissão para distribuição dos recursos que foram chegando.

Fonte: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, popularmente chamada de “Biblioteca Central dos Barris”.

Em relação às ações dos políticos na época (a postura política do jornal), há um tópico chamado “Os socorros” (imagens 6a e 6b), que ressalta “o trabalho extraordinário da Secretaria de Saúde [e uma foto do secretário ‘em ação’ no cemitério] e equipes médicas de outras instituições” (A TARDE, 1958, p. 01). Há ainda um telegrama de pesar aos conterrâneos, enviado pelo baiano e político Octavio Mangabeira (imagem 7).

Imagens 6a, 6b e 7 – Destaque – através da linguagem verbal e não-verbal - para as ações políticas em relação ao acontecimento e o telegrama de Octavio Mangabeira.

(Imagem: 6a)

Os socorros
 É justo que se ressalte a pronta assistência recebida pelas vítimas na tragédia de Santo Amaro da Purificação. Além do trabalho extraordinário do Secretário de Saúde, dr. João Andreia, dos drs. Mainede e Octávio Araújo, este dedicado diretor da Santa Casa de Misericórdia devemos citar o desempenhado pelas equipes de médicos da SAMDU e Pronto Socorro, que, a despeito de estarem de folga no dia da ocorrência lutuosa, rumaram para o local, prestando toda a assistência às vítimas. A equipe da SAMDU estava integrada dos drs. José Mello, Maurílio Freitas e Carlos Schlanga, enquanto que a do Pronto Socorro contou com os drs. Augusto Teixeira, Eurico Freitas e Aleixo Sepulveda. Todos eles tiveram dedicadíssima atuação, juntamente com o dr. Sérgio Peixoto, diretor de Serviço Médico do Interior, Tenente João Araújo, Delegado local e Prefeito Manoel Marques, além do dr. Pires da Veiga.

(Imagem: 6b)



O secretário da Saúde acende uma vela, junto a um dos cadáveres depositados no cemitério de Santo Amaro.

Associa-se ao pesar dos seus conterrâneos
 Recebemos o seguinte telegrama:
 RIO, 24 — Profundamente penalizado, tomo parte no grande pesar com que toda a Bahia depora a catástrofe de Santo Amaro. Com os melhores votos pelo restabelecimento dos feridos e preces pelos mortos, envio às suas famílias um comovido abraço — Octavio Mangabeira

Fonte: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, popularmente chamada de “Biblioteca Central dos Barris”.

Nas imagens, é possível observar o tom quase cinematográfico do Secretário de Saúde que, de joelhos e aparentemente consternado, acende uma vela ao lado dos mortos no acidente. Os corpos, cujos rostos não foram cobertos, e a composição da cena parecem montadas para a foto. É através da linguagem verbal e não-verbal que as ações políticas se desenham, de maneira suave e quase que natural.

Imagem 8 – Capa da revista O Cruzeiro.



Fonte: Centro Referencial de Documentação de Santo Amaro.

Na revista **O Cruzeiro**, publicada em 05 de julho de 1958, podemos observar que na capa não há nenhuma referência ao acidente. Mas, além de um breve texto em uma seção denominada **Conversa com o leitor**, há uma publicação de uma reportagem que ocupa duas páginas entre textos verbais e imagens (imagem 9).

Imagem 9 – O Cruzeiro: Mescla de textos e fotografias.

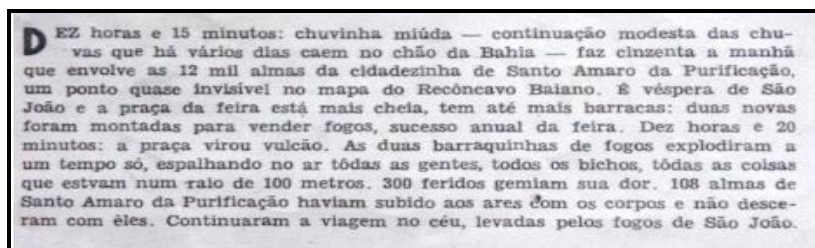


Fonte: Centro Referencial de Documentação de Santo Amaro.

O título da reportagem, que está distribuído em duas páginas, deixa o teor literário exalar para o leitor. O eufemismo empresta ao título uma suavidade e uma atenuação do acidente. Com esse recurso, acreditamos que o repórter e fotógrafo José Medeiros “poetiza” o acidente. A mescla de imagens - fotografias imensas e que lembram filmes de guerra - e textos verbais curtos e em tom literário envolvem o leitor numa proposta de leitura cheia de sutilezas sobre algo que Medeiros descreve como trágico. A descrição do fato é minuciosa, mas a escolha na forma de dizer produz e nos dá sensação de leveza. Expressões como, por exemplo, “faz cinzenta a manhã”; “havia subido aos ares” e “continuaram a viagem ao céu” (MEDEIROS, 1958, p. 107) reforçam, em um primeiro momento, um desejo de transformar o acontecimento em algo menos doloroso e mais poético.

A seleção de termos no diminutivo como “chuvinha”, “cidadezinha” e “barraquinhas” pode demonstrar uma proximidade afetiva. Aparentemente, a construção dessa narrativa parece focalizar o teor lírico. O jornalista abre mão da objetividade para compor uma cena literária, que se aproxima de uma crônica fúnebre. Essa percepção poderá ser ampliada com o texto (imagem 10) a seguir:

Imagem 10 – Texto introdutório sobre o acidente.



Fonte: Centro Referencial de Documentação de Santo Amaro.

Esses elementos, entre outros, deixam pistas do olhar do repórter sobre o município, e nos conduz a duas, entre outras, possíveis leituras. Primeiro há uma intenção em amenizar o fato através da escolha das palavras, da forma de dizer, tornando o fato menos doloroso para o leitor como já pontuamos. Depois emerge a percepção fora do lugar de fala do repórter, quando ele escolhe o diminutivo “cidadezinha” para descrever a cidade, e reforça essa descrição expondo o município como “um ponto quase invisível no mapa do Recôncavo Baiano” (MEDEIROS, 1958, p. 107). Além da linguagem rica em recursos estilísticos, é possível, em primeiro momento, perceber a intenção de expor o lugar a partir de outro local – Rio de Janeiro – e, nessa leitura, é viável que o jornalista acabe por inferiorizar o município.

Na última página da reportagem, há um subtítulo mais denso, mas ainda muito literário: “O inferno encarnou na morte para baixar em terra de todos os santos” (MEDEIROS, 1958, p. 108). Para além da construção paradoxal - inferno e santos, o repórter transmuta e materializa a morte ceifadora para manter o leitor envolvido na atmosfera lúdica da narrativa. É como se José Medeiros fosse o narrador de uma história funesta.

Na seção da revista **Conversa com o Leitor**, o redator principal, David Nasser, em diálogo com a produção de Medeiros, registrou: “E houve tristeza baiana no coração do Brasil. Uma cidadezinha voou para Deus no dia de São João” (NASSER, 1958, p. 19). A construção personificada e metonímica (da parte pelo todo) sinaliza uma similitude entre

sujeito e lugar. Enquanto construção estilística literária, a metonímia aparece para tornar uma relação entre seus correspondentes mais estreita. Assim, “cidadezinha voou”, além de ser uma personificação, a passagem aprofunda a correspondência de um todo (cidade) pela parte (seres humanos e/ou animais). Isso nos permite inferir, num primeiro momento, que o redator estreitou a profunda ligação entre sujeitos e o lugar, dando vida para a cidade. Desse modo, novamente notamos um desdobramento de um discurso de consolo que parece atenuar o acidente, mas também o uso do tom literário reforçando o lugar de fala da revista sobre Santo Amaro.

Os termos e a construção poética das notícias parecem marcar uma memória afetiva através da dor coletivizada. Até o momento, percebemos nuances discursivas que acionam marcas temporais de uma tragédia. Segundo Jacy Seixas (1992), a memória constrói um tempo carregado de afetividades e Halbwachs (2006) agrega a essa afetividade a memória coletiva. O autor aponta um aspecto crucial sobre memória e ressalta que, ainda sendo individual, ela também é social, pois é uma manifestação singular do coletivo.

3. Das muitas formas do silêncio: memórias das narrativas

Os textos analisados trazem narrativas semelhantes sobre o acidente, mas também contemplam outras divergências. Um traço interessante nesses textos é a forma como cada um apresenta a cidade de Santo Amaro. Encontramos desde a exaltação até a inferiorização do município. São olhares de um mesmo momento, mas em perspectivas diferentes.

No jornal **A Tarde**, Santo Amaro é colocada como “Grande cidade do Recôncavo” e “Velha cidade do Recôncavo”. A revista **O Cruzeiro** descreve Santo Amaro como “um ponto quase invisível no mapa do Recôncavo Baiano” (MEDEIROS, 1958, p. 107). Sobre as prováveis causas do acidente, **O Cruzeiro** traz uma das hipóteses sobre a explosão: “A primeira delas: fios de alta tensão romperam-se e caíram sôbre [sic] as barracas” (MEDEIROS, 1958, p. 108). O **A Tarde**, semelhante ao **O Cruzeiro**, aponta como hipótese um curto circuito iniciado na rede elétrica:

Um curto circuito, ou outra causa qualquer, provocou a detonação do material inflamável e as paredes e o teto das barracas foram impulsionadas pelo sopro da explosão, transformaram-se em mortíferos projetis que foram ceifando vítimas indiscriminadamente e em todas as direções – ali mesmo do outro lado do rio Subaé (A TARDE, 1958, p. 01)

Sobre as vítimas, o jornal **A Tarde** diz: “Além disso, muitos dos mortos eram *peessoas desconhecidas* em Santo Amaro, daí não terem sido identificados” (A TARDE, 1958, p. 1, destaque nosso). E o Inquérito Policial pontua: “Em seguida passamos a identificar de perto os cadáveres, *contando com os familiares das vítimas e de pessoas idôneas presentes* e logo após as identificações, ordenávamos os registros de óbito nos Cartórios da Cidade” (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 23 - destaque nosso).

Daí surge uma inquietação: será que houve silenciamento do fato ou foram as vítimas, pessoas “tabaréus”, “desconhecidas” – sem nome dentro da cidade – “feirantes” que não são relevantes para serem lembradas? Obviamente que essa pergunta não se responde de maneira simples. Há outras dimensões não ditas e que, provavelmente, incomodam.

Muitos autores se debruçaram sobre a questão da memória em perspectivas diferentes. O sociólogo francês Maurice Halbwachs, em 1925, traz estudos sobre a memória em relação ao entorno pessoal, local e regional. No entanto, buscamos também as contribuições do filósofo Paul Ricoeur em torno da proposta de que a memória só existe, em última instância, enquanto discurso, enquanto narrativa. Ricoeur (2007), ao tratar dos usos e abusos da memória e do esquecimento, pontua que o uso é a representação da ação humana e o abuso se revela em uma disfunção, uma vez que mascara o caráter de regramento. O autor descreve três formas para pensar os usos e abusos da memória: “memória impedida”, “memória manipulada” e “memória convocada”. Para este recorte, iremos nos deter apenas na “memória manipulada”. Para Ricoeur, o poder seletivo da narrativa acaba por oferecer “à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia de esquecimento tanto quanto de rememoração” (RICOEUR, 2007, p. 98). O filósofo ainda acrescenta que, nesse espaço, a ideologia atua como discurso justificador do poder, da dominação. Pontua, também, que são nesses momentos que se utilizam os recursos de manipulação que a narrativa oferece.

Eni Orlandi (2007), além de trazer a ideologia inerente ao discurso, reitera essa forma de concepção da memória de Ricoeur, quando escreve sobre as formas do silêncio. A pesquisadora diz que a política do silêncio, ou silenciamento, está presente em muitas narrativas e destaca essa política na linguagem, ao salientar que “[e]m face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007, p. 29). Essas formas de conceber a memória relacionada à narrativa nos leva a crer que, no âmbito discursivo, devemos considerar as relações ideológicas que se articulam no processo de enunciação e de comunicação, sobretudo no que tange à produção, ao controle e à circulação do discurso.

Para análise e melhor compreensão desse (su)posto silenciamento, traçamos discussões pautadas, também, no sociólogo Michael Pollak. Para o autor, em seu texto “Memória, Esquecimento, Silêncio” (1989), a lembrança é uma luta contra o esquecimento. As lembranças, mesmo aquelas renegadas ao silêncio contemplativo e solitário, que sobrevivem no repasse de geração a geração, de maneira oral, são recordações vivas e que, mesmo diante do silenciamento, conduzem um discurso silente.

Outro teórico basilar para esse texto é o sociólogo Maurice Halbwachs (2006). Segundo esse autor, a memória de uma sociedade estende-se até onde pode, ou seja, o esquecimento acontece porque além da quantidade tão grande de acontecimentos, os grupos que guardam a lembrança desaparecem com o passar do tempo. Há, de certa forma, uma naturalização temporal dos acontecimentos, como se eles também tivessem um nascimento, um amadurecimento e uma morte. Essa sequência, muitas vezes, não significa esquecimento total, mas demonstra que a sociedade, e todo o seu movimento de inquietude e instabilidade, todo seu movimento de idas e voltas temporais, dialoga com suas necessidades e com suas narrativas de urgências. Ou seja, a sociedade dos tempos líquidos, como já sinalizava Bauman (2007), bebe (talvez até demais) das águas de Lete (o rio do esquecimento) para seguir seu fluxo.

No entanto, é preciso destacar o silêncio desse acontecimento durante um período de cinquenta anos (1958 – 2008) e ao mesmo tempo trazer visibilidade para o subalterno historicamente colonizado. Para contemplar essa proposta, fizemos uma aplicação da sociologia das ausências e das emergências, no campo da memória social. O sociólogo Boaventura de Souza Santos, em um artigo intitulado “A reinvenção da emancipação

social”, reflete sobre a sociologia das ausências e das emergências. A sociologia das ausências, segundo Santos (2006), trata de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido “como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (SANTOS, 2006, p. 12). Ele discute sobre a lógica da produção de não-existência, destacando que não há uma maneira única de não existir, porque:

São várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de produção de não-existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional (SANTOS, 2006, p. 12).

Enquanto a sociologia das ausências é pensada para contrariar essas lógicas de exclusão, tem a intenção de reconstruir essas formas, mudando as suas relações de subalternidade. A sociologia das emergências, segundo Boaventura de Souza Santos (2006), aponta para a substituição do futuro vazio, onde pode existir tudo ou não existir nada. Busca caminhos concretos e com isso transforma o futuro infinito em um futuro real. Ela, a sociologia das emergências, atua tanto sobre as possibilidades quanto sobre as capacidades. Então, Boaventura de Souza Santos resume:

Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das experiências sociais possíveis. As duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro. Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos (SANTOS, 2006, p. 27).

Iniciaremos a análise tecendo um olhar sobre a forma como esses textos, que foram escritos na época do acidente, conceberam as pessoas que vendiam na feira e as que foram mortas no acidente. A seleção de nomes para identificá-los merece uma análise mais atenta, pois talvez notaremos aqui o que Orlandi (2007) chama de “dito”, “não dito” e “interdito”. Para ela, é nessa construção dos sentidos que se situa o dito e não-dito – as entrelinhas ou interdiscursos – que se revela na formação discursiva. Logo, para se analisar o sentido do discurso, como aponta essa pesquisadora, é necessário tecer a relação entre interdiscurso e intradiscorso – o dito e o não-dito.

“Tabaréu”, “feirante”, “desconhecidas”, “sem identificação” são alguns dos nomes escolhidos pelos autores dos textos selecionados e analisados para identificar/denominar as pessoas (que compunham a feira livre no largo do mercado em Santo Amaro no dia do acidente) que estavam, vendiam e morreram na feira, naquele dia do acidente. O que está no interdito? São pessoas sem relevância social para aquele município? Quais ideologias estão presentes? Na feira há a presença de muitas pessoas de pouco poder econômico, sócio e cultural, que geralmente se deslocam da zona rural para negociar produtos para a própria subsistência, muitas vezes retirados da própria “roça”. Esses indivíduos realmente não são conhecidos por seus sobrenomes. Talvez não encontremos aí sobrenomes institucionalizados pela sociedade santamarense (um dos possíveis motivos do silenciamento de cinquenta anos). Um traço possível de uma forte herança dos engenhos de açúcar. Ricoeur (2007) destaca a questão da privação dos próprios autores e do poder

imaginário de se autonarrarem. Ele traz aqui as limitações em descrever as “responsabilidades dos atores individuais das pressões sociais que trabalham subterraneamente a memória coletiva” (RICOUER, 2007, p. 03). Na direção do acidente, é possível inferir que a voz dos sobreviventes, por exemplo, não entrou nas narrativas.

Numa mesma perspectiva, o sociólogo Maurice Halbwachs (2006) também discute sobre um processo de “negociação” para conciliar a memória coletiva e as memórias individuais, e não apenas a seletividade da memória. Há, nesse sentido, uma mediação e uma negociação interna do sujeito, sempre em dialogia com uma memória mais coletiva. Podemos perceber esse movimento, por exemplo, nos discursos ideológicos dos periódicos, sempre na tentativa de coletivizar a dor e o sofrimento do povo santamarense, escolhendo, para isso, termos e recursos estilísticos de cunho sentimental, que despertam a comoção popular. Contudo, o sociólogo Michael Pollak chama a atenção para essa perspectiva de lidar com os fatos sociais como coisas. Para Pollak (1989, p. 02), é necessário “analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. Isso significa compreender os jogos de poder intrínsecos e extrínsecos. Pensar na concepção de fatos sociais como “coisas” é contemplar a faceta do discurso do poder. É dimensionar categorias que falam, de quem falam e como falam (e quando falam).

Contudo, Pollak caracteriza uma memória subterrânea que atua de forma subversiva ao silêncio e de “maneira quase imperceptível. Ela aflora em momentos de crise e em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 02). É como se essa memória, que é colocada no lugar do silenciamento, por conta dos discursos de poder, ficasse em potencial, movendo-se pelos meandros das lacunas. O silêncio de cinquenta anos não é um silêncio total. Talvez acontecesse um burburinho, em algum lugar de uma memória que não quer o esquecimento. É possível ver essa latência da memória nas narrativas orais de muitas pessoas, principalmente dos mais velhos e dos “filhos de Axé”. São eles, os candomblecistas, que mais movimentam e não deixam dormir no esquecimento esse acidente. Uma das hipóteses desse silêncio de cinquenta anos do poder público tem relação com a perseguição religiosa que os filhos de santo sofreram no ano do acidente. Retornar ao trágico acidente é retomar lembranças e feridas. Talvez, o silêncio pudesse cicatrizar marcas profundas deixadas por um sistema político negligente e/ou perseguidor.

Retomaremos, então, Boaventura de Souza Santos (2006) para apresentar outra tessitura de ideias entre autores. “Memória subterrânea” é um conceito que dialoga com as formas de não existência apresentadas por Santos. Esse “esquecimento” do acidente, enterrado talvez por alguma ideologia política, não se sustentou inteiramente. Mesmo depois de tanto tempo, o silêncio é rompido e retoma com forças outras e com outras roupagens. Isso se torna perceptível, inicialmente, através da missa realizada anualmente a partir de 2008. No campo acadêmico, por exemplo, tem-se a produção de um documentário radiofônico elaborado por um estudante do curso de Comunicação Social – Jornalismo do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL/URFB, em Cachoeira em 2012; um artigo produzido por um professor e dois estudantes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT/UFRB, publicado na revista de Extensão em 2015. Na literatura, há uma crônica intitulada “A última bomba”, que faz parte do livro “Por que o Subaé não molha o mapa” da autoria de Jorge Portugal, publicado em 2017. No plano da gestão política, há um desejo de colocar um marco memorial, no cemitério, no local onde foram enterrados os “indigentes”.

Para Pollak,

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 03).

Essa reflexão nos oportuniza novamente trazer para esse texto as sociologias das ausências e das emergências. Nesse ponto, pensemos como esse processo exposto por Pollak permite uma clara conexão com Boaventura de Souza Santos nas possíveis emergências que podem surgir a partir da supressão das ausências. O que está invisível, quando “lembrado”, torna-se visível e, portanto, pode subsidiar uma transformação / alteração do próprio presente.

Breves considerações

Inicialmente vale destacar que os textos analisados nos permitiram, primeiramente, verificar como foi grande a dimensão do acidente: o número de mortos e feridos, o raio da distância que foi atingido. As imagens fotográficas e os registros nos textos revelam o estrago no local e o envolvimento de outros municípios vizinhos e de pessoas que reforçam essa dimensão.

O jornal **A Tarde**, apesar de utilizar a primeira página, na íntegra, para o acidente, fez escolhas de recursos textuais que mobilizaram a compaixão do leitor e mesclou com a autopromoção do periódico quando, desde o subtítulo até em outros vários momentos, fez uma campanha que destacava o nome do jornal. Fez a descrição minuciosa do acidente, mas sempre sensibilizando o leitor para todos os fatos: mortos, feridos, sobreviventes, declarações, causa do acidente, entre outros aspectos. Expôs os fatos, mas o maior envolvimento era com a atitude do Jornal em relação ao acidente – uma autopromoção.

A revista **O Cruzeiro** trouxe aspectos interessantes, além de uma linguagem absolutamente literária. José Medeiros organiza a reportagem de forma que o leitor primeiramente é comovido por uma breve descrição de forma poética da cidade e do acidente, mas ainda de forma metafórica. Depois, expõe a linguagem não verbal através de fotos do acidente e, somente na última folha da reportagem, é que traz um relato com maiores detalhes. Essa escolha nos leva a inferir que revelar Santo Amaro além de “*cidadezinha*” e “um ponto quase invisível no mapa do Recôncavo baiano” era mais significativo para a Revista que reportar o acidente.

Muito mais do que retomar um triste acontecimento, para além de refletir sobre seus discursos e silenciamentos, mais do que dar voz ao próprio fato, esse artigo teve, na sua essência, um compromisso de cidadania. Durante a pesquisa, que originou esse artigo e um trabalho de conclusão de uma especialização, a pergunta que mais incomodava era o porquê de tanto tempo sem uma real demonstração pública de pesar sobre o acidente. Infelizmente, muitas respostas não foram dadas ou compreendidas. Uma missa ecumênica todo ano e uma placa onde enterraram pessoas chamadas de indigentes é, a nosso ver, apenas um burburinho diante de um grito. Esse silêncio é significativo. Ele diz algo e nos

faz pensar sobre os discursos silentes. Mas o que ouvir?

No mais singelo dos propósitos, o artigo demonstrou que compreender tais memórias e narrativas é contribuir para uma posterior visão cidadã do acontecimento e repassar um sentimento de compromisso com a história da sociedade santamarense.

Referências

A **TARDE**. Edição 15, ano 46, 25 de junho de 1958.

BAHIA. **Roteiro Ecoturístico da Bahia** - Baía de Todos os Santos. Secretaria de Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. Salvador: A Secretaria, 2000.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

INQUÉRITO POLICIAL. Instaurado em 23 de junho de 1958 e concluído em 20 de setembro de 1958, pelo delegado de polícia, João Araújo dos Santos – 1º Tenente.

LEAL, H. C. **Vida e Passado de Santo Amaro**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.

MEDEIROS, J. **O cruzeiro**. Ano XXX, n. 39, 05 de julho de 1958.

NASSER, D. **O cruzeiro**. Ano XXX, n. 39, 05 de julho de 1958.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora Unicamp, 1999.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em 02 jun. 2018.

PEREIRA, N. B. Memória: Continuidades ou discontinuidades? In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG/JATAÍ, 26 a 30 de set. de 2011, Jataí. **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG**. Jataí: UFG, 2011. p. 1-7.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François.

Campinas: UNICAMP, 2007.

SANTANA, D. C. **Santo Amaro da Purificação**: arquitetura e urbanismo, séculos XIX - XX. Santo Amaro: Faz de Conta, 2016.

SANTOS, B. de S.. **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SEIXAS, J. **Os Tempos da Memória**: Des)Continuidade e Projeção. Uma Reflexão (In)Atual para A História? Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10612/7893>. Acesso em 02 jun. 2018.